Fundação Getulio Vargas **Tópico:** EBAPE
09/02/2010
Folha de S. Paulo - SP **Editoria:** Brasil **Pg:** A 6

ANÁLISE

FHC cita méritos e omite erros

Tucano propõe comparação bizantina entre o seu programa de obras e o PAC

GUSTAVO PATU
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Não é difícil, para FHC, listar corretamente méritos de seu governo negados pela retórica palanqueira de Lula. Mais complicado é revisitar o período sem provocar a lembrança de erros e deficiências, também reais, que contribuíram para afastar os tucanos do Planalto.

"Sem medo do passado" é o título do artigo que o ex-presidente escreveu em defesa de seus dois mandatos. Se não há mesmo medo, as entrelinhas deixam transparecer que persiste, pelo menos, desconforto. Omissões e meias verdades contrastam com a defesa, alardeada no texto, de uma "política mais consciente e benéfica para todos".

Em exatas 998 palavras e cifras que descem a minúcias, não há uma única menção, no exemplo mais flagrante, ao crescimento econômico —goste-se ou não, o indicador mais universalmente utilizado para mensurar o sucesso das administrações nacionais.

No mais perto que chega do tema, FHC propõe uma comparação bizantina entre o seu programa de obras Avança Brasil e o PAC petista, ambos conhecidos pela discrepância entre metas e realizações. E, claro, sem falar na crise de abastecimento de energia elétrica.

A renda nacional cresceu à média de 2,2% ao ano sob FHC e deve encerrar o período lulista com taxa anual de 3,7%, se confirmadas as expectativas dos analistas. Mais importante politicamente, o primeiro começou seu governo com expansão acelerada e terminou em estagnação, enquanto o segundo obteve o resultado inverso.

Nos últimos anos, os tucanos, com boa dose de razão, vinham atribuindo a vantagem de Lula à sorte de governar em um período de rara prosperidade internacional, livre das turbulências financeiras da década passada. Essa argumentação per-

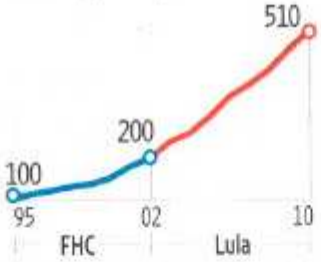
AS MEIAS VERDADES DE FHC

O que o presidente deixou de falar em artigo

	Pobreza	Salário mínimo	Rendimentos	Dívida pública
O DITO	"Com o Real, a população pobre diminuiu de 35% para 28% do total. A pobreza continuou caindo, com alguma oscilação, até atingir 18% em 2007"	"De 1995 a 2002, houve um aumento real de 47,4%; de 2003 a 2009, de 49,5%"	"Hoje, [o rendimento médio real dos trabalhadores] se encontra abaixo do nível alcançado nos anos iniciais do Plano Real"	"Foi esse temor [do mercado com o programa de Lula] que atiçou a inflação e levou seu governo a elevar o superavit primário e os juros às nuvens em 2003"
E O NÃO DITO	Após a queda brusca no 1º ano do Plano Real, a taxa de pobreza se manteve quase estável entre 1996 e 2002, só voltando a cair de forma aguda sob Lula	Metade do aumento se deve ao reajuste concedido no 1º ano de mandato por pressão do Congresso, contra a vontade do governo	O rendimento médio dos trabalhadores é inferior ao de 1998 porque caiu a partir do 2º mandato de FHC, só voltando a subir em 2005, sob Lula	Os temores do mercado também foram alimentados pelo forte aumento das dívidas interna e externa ao longo do governo tucano (51,32% do PIB no fim da gestão FHC)

Taxa de pobreza*, em % da população

Evolução do salário mínimo, em R$**



Rendimento médio real do trabalhador, em R$

Dívida pública, em % do PIB

*Estudo do Centro de Pesquisas Sociais da FGV a partir de microdados da Pnad/IBGE **Descontada a variação do INPC no período

deu charme, no entanto, com o colapso global do final de 2008, do qual o Brasil saiu com perspectivas de rápida recuperação.

No artigo do ex-presidente, a única razão apresentada para a crise herdada por Lula é o temor provocado nos credores e investidores "por anos de 'bravata' do PT e dele próprio" —nada se diz sobre a escalada das dívidas interna e externa nos anos anteriores, consequência de políticas do primeiro mandato tucano, corrigidas tardiamente no segundo.

Dólar barato e gasto público sem amarras sustentaram a popularidade inicial de FHC e garantiram sua reeleição no primeiro turno, mas levaram o endividamento público de menos de 30% para quase 50% do Produto Interno Bruto.

Câmbio e superavit

As medidas de ajuste adotadas a partir de 1999 —câmbio flutuante e metas de superavit fiscal— foram mantidas pelos petistas, como gostam de lembrar os tucanos. Mas tampouco o crédito, nesse caso, cabe à gestão FHC: tratou-se de uma imposição do FMI (Fundo Monetário Internacional).

Não por acaso, os indicadores mais palpáveis de melhora social do texto do ex-presidente estão circunscritos a seu primeiro governo. É o caso da queda aguda da pobreza, do aumento do rendimento médio mensal dos trabalhadores, do reajuste mais generoso do salário mínimo.

O artigo dribla o inconveniente com saltos nas datas. Recorda-se, por exemplo, que, "com o Real, a população pobre diminuiu de 35% para 28% do total" e depois menciona-se a taxa de 18% registrada em 2007, já sob o governo Lula. Não se menciona que, após a queda brusca do primeiro ano, a pobreza permaneceu nos mesmos patamares no restante do governo tucano.

Iniciativas celebradas do segundo mandato geraram mais frutos sociais, econômicos e políticos para Lula que para FHC. Além das correções da política econômica, o exemplo clássico é a criação do Bolsa Escola, depois ampliado e rebatizado como Bolsa Família.

BATE-BOCA

[Dilma Rousseff] pode até vir a ser, mas por enquanto ela não é líder. Por enquanto, é reflexo de um líder. [José] Serra já tem liderança e mostrou que faz

O governo atual tem um líder. O meu teve um líder. O José Serra é um líder do governo de São Paulo. Infelizmente, pela história da ministra Dilma, ela não teve essa oportunidade

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
ex-presidente, em evento em SP

Enquanto a oposição não falar o que quer fazer daqui para a frente, nós só temos que comparar com o que eles fizeram. A partir do momento em que eles [tucanos] começarem a falar o que querem fazer, também vamos discutir o futuro

Dilma demonstrou sua capacidade de liderança ao construir o novo modelo energético que resolveu o problema do apagão. Que não se confunda fidelidade com ausência de protagonismo

ALEXANDRE PADILHA
ministro de Relações Institucionais